

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº , DE 2011
(Dos Srs. Vanderlei Macris e Cesar Colnago)

Requer que seja convocado o Ministro da Pesca e Aquicultura, Sr. Marcelo Crivella, para prestar esclarecimentos acerca da compra e da utilização de 28 lanchas por parte do Ministério da Pesca no valor de R\$ 31 milhões.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa. com base no art. 50 da Constituição Federal e nos termos do art. 219 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias para **convocar o Ministro da Pesca e Aquicultura, Sr. Marcelo Crivella**, para prestar esclarecimentos acerca da compra e da utilização de 28 lanchas por parte do Ministério da Pesca no valor de R\$ 31 milhões.

JUSTIFICAÇÃO

Chegou ao conhecimento público, a partir de notícia publicada na imprensa nacional, resultado de auditoria do Tribunal de Contas da União que apontou ocorrência de desperdício de R\$ 31 milhões na compra de 28 lanchas pelo Ministério da Pesca, que se encontram inoperantes e em risco de entrar em processo de sucateamento.

O fato que já é em si grave, torna-se ainda mais severo diante da informação de que a empresa beneficiada pelo contrato, a Intech Boating, doou R\$150 mil ao comitê do PT que bancou parte da candidatura de Ideli Salvatti ao governo catarinense em 2010.

Consta de notícia publicada pelo jornal Folha de São Paulo, 29/03/2012

“Auditoria do TCU aponta desperdício de recursos no Ministério da Pesca”

LÚCIO VAZ
DE BRASÍLIA

Vinte e três de um total de 28 lanchas compradas pelo Ministério da Pesca por R\$ 31 milhões estão inoperantes e em risco de entrar em processo de sucateamento. Auditoria do TCU (Tribunal de Contas da União) apontou o desperdício de recursos públicos e mostrou ainda que foram compradas lanchas patrulhas para uso em uma atividade na qual não tem competência legal para atuar.

O relatório da auditoria mostra graves falhas no planejamento das aquisições, ocorridas entre dezembro de 2008 e março de 2011. O ministério deixou de negociar previamente parcerias necessárias para garantir a operacionalização das embarcações, não considerou alternativas menos onerosas para realizar a fiscalização da pesca ilegal e superestimou os quantitativos a serem adquiridos.

O TCU apontou ainda restrições ao caráter competitivo em dois pregões para compra das embarcações, celebração de aditivos com fuga à licitação e ausência de pesquisa de preço.

Foram constatados ainda pagamentos antecipados à empresa Intech Boating por serviços que não tinham sido prestados até o fechamento do relatório de auditoria, em outubro de 2011.

O ex-ministro Altemir Gregolin foram notificados a apresentar defesa no prazo de 15 dias ou recolher R\$ 639 mil por conta de superfaturamento num dos aditivos contratuais. O valor total do prejuízo ainda será avaliado.”

A notícia evidencia a possível ocorrência de irregularidades na compra das embarcações ali referidas. Em primeiro lugar, em razão da elevada importância ali despendida e da ausência de competência legal da para atuar naquela matéria. Ademais, tudo indica que os procedimentos licitatórios não observaram a devida legalidade, tampouco a diretriz de economicidade, que deve orientar todas as aquisições realizadas pelo Poder Público.

Os fatos acima alinhavados tornam-se ainda mais severos diante da denúncia que a empresa beneficiada pelos contratos acima indicados teria efetuado vultosas doações para a campanha da Ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti.

Não bastasse a auditoria do TCU, a denúncia torna-se ainda mais grave diante das declarações do Ex-Ministro da Pesca, Luiz Sérgio de Oliveira, que, sob o

eufemismo de “malfeitos”, reconhece a ocorrência de corrupção e a captação de recursos públicos em benefício da Ministra Ideli Salvatti. É o que consta de reportagem publicada pelo jornal “O Estado de São Paulo”, em 31.3.2012:

“Ex-ministro petista critica “malfeito” no caso da Pesca

Sucessor de Ideli Salvatti na Pesca, o deputado petista Luiz Sérgio classificou de "malfeito" a ação do ministério de cobrar dinheiro para o PT de Santa Catarina de uma empresa contratada pelo governo federal, como revelou ontem o Estado. A Intech Boating, que forneceu por R\$ 31 milhões lanchas-patrulha para a pasta e doou R\$150 mil ao comitê do PT que bancou parte da candidatura de Ideli ao governo catarinense em 2010. O Tribunal de Contas da União considera o contrato suspeito. A petista é hoje ministra de Relações Institucionais. "Não é função de ministério arrecadar dinheiro para candidaturas ou partidos", disse Luiz Sérgio. Segundo ele, as lanchas estavam paradas havia mais de um ano quando assumiu o ministério. "É evidente que isso demonstra que houve erro."

Doação de empresa que vendeu lanchas é "malfeito", diz ex-ministro da Pesca

Luiz Sérgio diz que contrato para comprar lanchas foi um erro evidente e critica o próprio partido Marta Salomon, de O Estado de S. Paulo
BRASÍLIA - Sucessor de Ideli Salvatti no Ministério da Pesca, o deputado petista Luiz Sérgio classificou nesta sexta-feira, 30, de "malfeito" a ação da pasta de cobrar dinheiro para o PT de Santa Catarina de uma empresa contratada pelo governo federal. A Intech Boating, que forneceu por R\$ 31 milhões lanchas-patrulha para o ministério, doou R\$ 150 mil ao comitê financeiro do PT, que bancou 81% dos custos da candidatura de Ideli em 2010 ao governo de Santa Catarina, como revelou com exclusividade o Estado. O contrato das lanchas é considerado suspeito pelo Tribunal de Contas da União (TCU). A petista, hoje, é titular da pasta de Relações Institucionais. "Em relação à iniciativa do ministério de buscar contribuições, minha posição é contrária a isso. Não é função de ministério arrecadar dinheiro para candidaturas ou para partidos", disse o ex-ministro da Pesca, a quem coube dar destino à maior parte das 28 embarcações compradas. As lanchas-patrulha estavam estragando, sem uso, num caso de desperdício de dinheiro público investigado pelo TCU. O Ministério da Pesca optou por doar a maioria à Marinha. Questionado se enxergava corrupção no caso, Luiz Sérgio optou pelo

vocabulário adotado pela presidente Dilma Rousseff. "Eu diria, como a nossa presidente tem feito, que é um malfeito." Luiz Sérgio ficou no cargo apenas seis meses, após perder o posto de articulador político do governo para a ministra Ideli Salvatti, em junho do ano passado. Na quinta-feira, 29, o dono da Intech Boating, José Antônio Galízio Neto, afirmou ao Estado que a doação ao partido havia sido feita em 2010 a pedido do ministério. "A solicitação veio pelo Ministério da Pesca, é óbvio. E eu não achei nada demais, porque eu estava trabalhando para o governo, faturando naquele momento R\$ 23 milhões, R\$ 24 milhões, não havia nenhum tipo de irregularidade", disse, mudando em seguida de versão e apontando um político local, "um vereador ou candidato a deputado, uma coisa assim", como o responsável pelo pedido de doação ao PT.

Irregular. O negócio que resultou em doação para o comitê petista contém irregularidades, segundo auditoria aprovada pelo TCU na quarta-feira. O relatório afirma que a licitação foi dirigida para a Intech Boating, sediada em Santa Catarina, base política dos ministros Altemir Gregolin e Ideli Salvatti. Além disso, ainda de acordo com o tribunal, as lanchas foram compradas sem necessidade e superfaturadas.

Nesta sexta-feira, o dono da Engetec - empresa desclassificada "sem justificativa adequada" da licitação das lanchas, segundo o TCU - confirmou a interpretação do tribunal. César Thomé Filho contou que a Engetec reduziu o preço proposto pela Pesca de R\$ 1,6 milhão para R\$ 1 milhão. Apesar de atender aos pré-requisitos do edital, perdeu o negócio.

Contratada, a Intech teve o preço das lanchas aumentado por vários "aditivos" contratuais. Entre os motivos estava até dar manutenção às embarcações sem uso. A Intech nega ter sido favorecida com o contrato e qualquer superfaturamento.

Ao final da auditoria do TCU, 19 das 28 lanchas estavam sob a guarda do fabricante ou não haviam entrado em operação. Outras quatro estavam avariadas ou com operações suspensas. Compradas pelo Ministério da Pesca sem que a pasta tivesse competência para fiscalizar a pesca irregular, 11 das 28 lanchas-patrulha começaram a ser doadas para a Marinha em novembro de 2011. Na quinta-feira, ainda restavam quatro embarcações no estaleiro da Intech Boating.

Erro. "Quando cheguei (ao ministério), havia mais de um ano que esses equipamentos estavam parados. É evidente que isso demonstra que houve um erro, um equívoco em como a questão foi

encaminhada", disse Luiz Sérgio, sobre a ação dos ministros do PT. Altemir Gregolin encomendou as lanchas. Ideli pagou parcela pendente de R\$ 5,2 milhões do contrato. Luiz Sérgio deixou duas das lanchas aos cuidados do Instituto Estadual do Ambiente do Rio (Inea), sua base política. Uma delas estava ancorada numa marina privada, deteriorando-se.

Oposição pede investigação do caso
O líder do PSDB no Senado, Álvaro Dias (PR), afirmou ontem que vai pedir à Comissão de Ética Pública da Presidência que investigue o uso indevido da máquina pública pelo Ministério da Pesca. O tucano cobra que a comissão adote procedimentos para esclarecer se houve desonestade na operação. Ele disse que também não descarta pedir, futuramente, a convocação de Ideli Salvatti para ir ao Congresso esclarecer o caso." / RICARDO BRITO

Demais disso, é importante destacar que o fato de o Ministro Marcelo Crivella não ser o titular da pasta ao tempo em que o contrato de aquisição das referidas embarcações não afasta a possibilidade de sua convocação.

Consta inclusive de notícia publicada na imprensa declaração do referido Ministro, reprovando a doação efetuada para o Partido dos Trabalhadores, conforme publicado pelo jornal Folha de São Paulo, 3.4.2012:

"Doação ao PT 'nunca devia ter ocorrido', diz ministro da Pesca

Crivella critica suposto pedido de contribuição eleitoral feito por servidor a empresa que vendeu lanchas à pasta Altemir Gregolin, que era o titular na época da campanha, afirma que também não sabia de solicitação de verbas

RODRIGO VIZEU

ENVIADO ESPECIAL A FLORIANÓPOLIS

O ministro da Pesca, Marcelo Crivella, criticou ontem o pedido de doação eleitoral que um empresário que tem contrato milionário com a pasta disse ter recebido de um funcionário do ministério nas eleições de 2010.

"Minha opinião é a opinião de todo o Brasil. Isso não deveria nunca ter ocorrido", disse Crivella, depois de uma reunião com o setor pesqueiro, em Florianópolis.

Ele disse que vai "tentar saber quem fez isso" e que distribuirá memorando interno "deplorando tal prática".

Dono da empresa Intech Boating, José Antonio Galízio afirmou ter doado R\$ 150 mil ao comitê financeiro do PT-SC em 2010. À época, a candidata a governadora pelo partido era Ideli Salvatti. Derrotada, ela virou ministra da Pesca e hoje chefa as Relações Institucionais. O PT catarinense comandou a Pesca desde a criação da pasta, em 2003, até a saída de Ideli, ano passado. Depois dela, assumiu Luiz Sérgio (PT-RJ), que classificou o pedido de doação como "malfeito". Desde o início de março, Crivella, senador pelo PRB-RJ, é o primeiro não petista ministro da Pesca. Apesar de ter criticado o pedido de dinheiro, Crivella afirmou ter encontrado na pasta "muitas coisas boas" feitas pelo petista Altemir Gregolin, que era ministro quando teria sido pedido o dinheiro à Intech Boating.

O Tribunal de Contas da União apontou superfaturamento e direcionamento da licitação para fornecer 28 lanchas no valor de R\$ 31 milhões ao Ministério da Pesca. A empresa e Gregolin negam. À Folha, Gregolin afirmou que nunca pediu doação quando ministro. "Também nunca autorizei nem tomei conhecimento de pedido dentro do ministério", afirmou.

Crivella disse que o petista tem "todo o direito de defesa" no caso. E acrescentou que a compra de barcos "nada tem a ver" com a arrecadação de fundos.

"Acredito que seus argumentos [de Gregolin] vão esclarecer tudo", afirmou o novo ministro ontem.

Primeiro ministro da Pesca, o presidente do PT-SC, José Fritsch, também negou saber de pedidos de doações. No sábado, o empresário Galízio disse que foi procurado por um funcionário do ministério, cujo nome diz não lembrar, que teria afirmado: "Você, como parceiro, como fornecedor, poderia fazer doação". Só depois alguém do PT-SC teria insistido.

INVESTIGAÇÃO

O líder do PSDB no Senado, Álvaro Dias (PR), afirmou que vai encaminhar representação à Comissão de Ética Pública da Presidência da República para pedir a investigação da compra das lanchas. "O fato novo é a doação para campanha eleitoral com o superfaturamento das lanchas. Isso já foi admitido pelo ex-ministro Luiz Sérgio [Pesca]. O governo tem que instaurar os procedimentos para investigar os fatos desde o início", disse o senador.

Frase

"Minha opinião é a opinião de todo o Brasil. Isso [a doação] não deveria nunca ter ocorrido"

MARCELO CRIVELLA

ministro da Pesca”

Como atual responsável pelo Ministério da Pesca, cabe ao Ministro exercer fiscalização nos atos praticados no âmbito de sua pasta, devendo inclusive anular os fatos pretéritos que não observaram a lei e a Constituição. Cabe, portanto, ao Ministro Crivella prestar esclarecimentos acerca das providências que adotou ou adotará para reparar o dano ao erário e averiguar e punir a culpa dos responsáveis.

A convocação que ora requeremos é fundamental para o esclarecimento dos fatos, no desempenho de nossas atribuições constitucionais de acompanhamento das ações do Poder Executivo.

Sala das Comissões, em

de abril de 2012.

VANDERLEI MACRIS
PSDB-SP

CESAR COLNAGO
PSDB - ES